


ATA DE DEFESA DO TCC N° 047


A acadêmica Nataly Meurer, do Curso de Licenciatura em Química, defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Curricularização da Extensão: Concepções, Materialização e Desafios no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José”, no dia 09 de dezembro de 2025, às 16:00h, por videoconferência, sob orientação da Profa. Franciane Dutra de Souza, Dra., e co-orientação da Profa. Luciana Gelsleuchter Lohn, Dra. A Banca foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Paula Alves de Aguiar, Dra., Prof. Talles Viana Demos, Dr., Prof. Victor Augusto Bianchetti Rodrigues, Dr., Profa. Luciana Gelsleuchter Lohn, Dra., co-orientadora, e Profa. Franciane Dutra de Souza, Dra., orientadora.

Membros da Banca Examinadora


Profa. Paula Alves de Aguiar, Dra. (IFSC)

Documento assinado digitalmente
 **PAULA ALVES DE AGUIAR**
Data: 11/12/2025 17:20:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Talles Viana Demos, Dr. (IFSC)

Documento assinado digitalmente
 **TALLES VIANA DEMOS**
Data: 10/12/2025 17:29:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Victor Augusto Bianchetti Rodrigues, Dr. (IFSC)

Documento assinado digitalmente
 **VICTOR AUGUSTO BIANCHETTI RODRIGUES**
Data: 10/12/2025 15:28:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Luciana Gelsleuchter Lohn, Dra. (IFSC) (co-orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA GELSLEUCHTER LOHN**
Data: 11/12/2025 23:19:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Franciane Dutra de Souza, Dra. (IFSC) (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **FRANCIANE DUTRA DE SOUZA**
Data: 10/12/2025 14:36:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

São José, 09 de dezembro de 2025.

Profa. Franciane Dutra de Souza, Dra.
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Química
Portaria do(a) Reitor(a) N° 2326 de 4 de agosto de 2022

Documento assinado digitalmente
 **FRANCIANE DUTRA DE SOUZA**
Data: 10/12/2025 14:33:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rua José Lino Kretzer, 608
raia Comprida - 88103-310 - São José/SC
Fone: (48) 3381-2870
www.sj.ifsc.edu.br

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: Concepções, Materialização e Desafios no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José

Nataly Meurer¹

Franciane Dutra de Souza²

Luciana Gelslechter Lohn³

RESUMO

As Instituições de Educação Superior brasileiras estão fundamentadas na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, porém ainda enfrentam desafios para integrarem esses três âmbitos de forma indissociável, especialmente no contexto da formação de professores de Química. Com a implementação do PNE 2014 - 2024, do Parecer nº 608/2018 e da Resolução nº 7/2018 do CNE/CES, tornou-se obrigatória uma carga horária de, no mínimo, 10% destinadas às atividades de extensão em cursos de graduação vinculados aos componentes curriculares. Nesse cenário, este trabalho analisou como a curricularização da extensão foi inserida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Química do IFSC São José e quais são suas implicações na formação docente. A pesquisa de abordagem qualitativa e documental, baseou-se na análise das normativas nacionais e institucionais, além do PPC vigente. Utilizou-se a Análise de Conteúdo, organizada em quatro categorias: (I) aspectos legais e concepção de extensão; (II) materialização no PPC; (III) ações realizadas após a implementação; e (IV) contribuições para a formação de professores. Os resultados mostram que o curso atende às exigências legais, integrando a extensão principalmente nos componentes pedagógicos e nos Estágios Supervisionados. Entretanto, observa-se pouca participação das áreas específicas da Química nas ações extensionistas,

¹ Licencianda do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus São José. nataly.m2001@aluno.ifsc.edu.br.

² Orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Química Orgânica, Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus São José. franciane.dutra@ifsc.edu.br.

³ Co-orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Educação Científica e Tecnológica, Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus São José. lohn@ifsc.edu.br.

além da presença de carga horária EaD em atividades que deveriam ocorrer presencialmente, o que pode limitar o caráter dialógico da extensão. Também se identificou sobreposição entre atividades de Estágio e extensão, o que exige revisão e maior distinção entre essas práticas. Conclui-se que a curricularização da extensão no curso, perante os desafios existentes, é objeto de reflexão constante, incluindo a atualização do PPC conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, de modo a fortalecer a articulação entre teoria, prática e interação com a comunidade.

Palavras-chave: curricularização da extensão; formação de professores; projeto pedagógico de curso; licenciatura em química.

A EXTENSÃO CURRICULARIZADA: os efeitos em cursos de licenciatura e sua incorporação nas IES

As Instituições de Educação Superior (IES) estão fundamentadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, a efetiva integração entre esses três pilares ainda constitui um desafio, sobretudo no que se refere à inserção da extensão às práticas pedagógicas e ao fortalecimento do protagonismo discente na formação de professores nos cursos de Licenciatura em Química. No âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – criados a partir da Lei nº 11.892/2008, em especial do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), esse princípio adquire destaque, uma vez que tal instituição têm como princípio promover a formação integrada, articulando o desenvolvimento científico e tecnológico em diálogo com as demandas sociais e regionais (Brasil, 2008; IFSC, 2020). Além disso, com o objetivo de fortalecer a função social do IFSC, as atividades de extensão são regulamentadas conforme o Conselho Superior – CONSUP/IFSC que define-a da seguinte maneira:

Art. 1º A extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

Art. 2º Enquanto processo, a extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento.

Art. 3º As atividades de extensão são aquelas relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa.

§ 1º: as atividades de extensão devem promover a transformação social no entorno dos câmpus do IFSC envolvendo servidores e discentes por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos.

§ 2º: para fins desta resolução, considera-se extensionista todo servidor, discente ou cidadão da comunidade externa com vínculo oficial em atividades de extensão do IFSC (IFSC, 2016, p. 2).

Nesse contexto, que compreende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o Art. 8º – Lei nº 11.892/2008 coaduna-se a tal mitigação ao estabelecer que 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas pela instituição são destinadas à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de ciências e matemática, reconhecendo o papel estratégico dos Institutos Federais enquanto importante política pública para a mitigação da carência de docentes nessas áreas, em destaque neste artigo, a formação de professores de Química.

Para Montagnini (2023, p. 5), “o estudante de licenciatura, vivenciar situações reais de ensino, o prepara para lidar com os constantes [...] desafios educacionais”. Dessa maneira, a realização de atividades de extensão no curso de Licenciatura em Química “proporcionará uma nova metodologia de ensino que considera mais fortemente a troca de saberes e conhecimentos com a comunidade” (Silva, 2021, p. 38), deixando de ser

uma função esporádica e assistemática para caracterizar-se como uma função acadêmica, que compõem o pensar e o fazer universitário, constituindo-se parte integrante do currículo em uma perspectiva de interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino e pesquisa (Jezine, 2004, p. 2).

Dessa maneira, com o objetivo de atingir todos os alunos de graduação durante seu percurso formativo,

a curricularização da extensão vem como mais uma das etapas significantes nesse processo de reconhecimento da extensão como parte indissociável do ensino e da pesquisa na produção de conhecimento, formação integral do aluno e conseqüentemente, transformação dessa realidade circundante (Ilgenfritz; Cambraia; Nonenmacher, 2022, p. 1097).

Portanto, para compreender de que maneira a curricularização da extensão materializa-se no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José e quais seus impactos na formação discente, é fundamental discutir, primeiramente, as diferentes concepções de extensão que orientam as políticas e práticas institucionais das instituições de ensino superior brasileiras, destacando-se o IFSC câmpus São José que acabam por influenciar a forma como a extensão fundamenta-se nos cursos de licenciatura.

De acordo com Garcia, Bohn e Araújo (2013, p. 171-172), “as atividades inerentes às ações extensionistas desencadeiam processos de desenvolvimento no indivíduo, não só em sua formação inicial, mas ao longo da sua vida profissional”. Assim, os efeitos da extensão na formação dos discentes de Licenciatura em Química se estendem ao longo de toda sua trajetória acadêmica, promovendo uma relação dialógica de aprendizagem contínua entre os saberes acadêmicos e sociais (Jezine, 2004; Frutuoso, 2020; Gomes; Alvim; Cunha, 2024).

Dado o contexto atual, coexistem, pelo menos, duas perspectivas principais de extensão nas instituições de educação superior brasileiras (Gadotti, 2017) . Em primeiro momento, surge a concepção assistencialista que reconhece a universidade como única detentora do conhecimento, ignorando a cultura e o saber popular (Oliveira, 2024), caracterizando-se também, “pelo atendimento às demandas sociais por intermédio da prestação de serviços à comunidade” (Brasil, 2018, p. 4).

Há também a concepção transformadora que surgiu através de Movimentos de Educação e Cultura Popular pela influência de Paulo Freire (1977) que defende as relações dialógicas entre os sujeitos e o meio em que eles se encontram e a reflexão crítica acerca da prática e da teoria, valorizando as experiências cotidianas. Trata-se, assim, de ideologias contrastantes, pois, enquanto uma adota uma visão de transmissão vertical do conhecimento, a segunda desenvolve-se através da comunicação de diferentes saberes, como uma via de mão dupla entre universidade-sociedade (Gadotti, 2017).

Embora a relação entre o ambiente acadêmico e a comunidade tenha se manifestado sob perspectivas divergentes, como a assistencialista e a comunicativa, ambas representam tentativas de estabelecer vínculos entre os saberes da comunidade acadêmica e a comunidade externa, valorizando, ou não, os saberes tradicionais. Nesse contexto, a curricularização da extensão surge como uma estratégia essencial à concretização dos princípios estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido para o período de 2014 a 2024, ao integrar as ações extensionistas à matriz curricular dos cursos de graduação. A partir desta integração, em suas diferentes perspectivas, pretende-se, ao menos, amplificar e qualificar a formação acadêmica dos estudantes, podendo produzir

impactos que beneficiam a formação docente e, em consequência na comunidade (Frutuoso, 2024).

Dessa maneira, destaca-se a relevância da curricularização da extensão nos cursos de Licenciatura em Química, ao buscar assumir uma postura estratégica na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino de química. Essa abordagem amplia as oportunidades significativas ao longo da trajetória acadêmica, valorizando o protagonismo discente em meio às ações extensionistas e atendendo as necessidades da Educação em Química e de ações de conscientização sobre a sua importância para a sociedade (Santos et al, 2024). Considerada inovadora, devido aos poucos projetos nesta área terem caráter extensionista, já que o foco principal está na pesquisa (Silva, 2021), o enfoque na curricularização da extensão visa, além de formar docentes capazes de compreender esta ciência em sua dimensão teórica e experimental, mas também expandir essa compreensão para os aspectos sociais, culturais, históricos e até tecnológicos em contexto social específico para promoção de uma profissionalização mais humana em educação química.

Assim, ao compreender, neste trabalho, que a extensão deve estar diretamente relacionada com a formação docente em Química em cursos de Licenciatura torna-se imperativa uma análise criteriosa do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) visto que,

deve estar em consonância com o estatuto da instituição, o regimento interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o regimento do respectivo curso/área ao qual será subordinado, além do conjunto de diretrizes curriculares nacionais adequadas ao curso em questão. Deve ainda atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Teixeira, 2024, p. 71).

O PPC constitui o principal instrumento que embasa e reflete a identidade de um curso, pois explicita como está estruturado e organizado a partir de escolhas e caminhos pedagógicos, contribuindo para a formação profissional do estudante. Onde, em perspectivas educacionais mais progressistas, vão além da mera transmissão de conhecimento, configurando-se também como um espaço de significação social e de construção da identidade discente (Silveira, 2013; Oliveira, 2024). Para Silveira (2013), o PPC apresenta informações que permitem compreender em qual concepção de formação a Licenciatura em Química está

embasada, abrangendo aspectos como justificativa, objetivos, perfil do egresso, concepção de currículo, matriz curricular e diretrizes pedagógicas. Neste sentido, promover a curricularização da extensão, por sua vez, implica na reflexão constante do PPC, adequando-os à legislação vigente, e ao mesmo tempo, estabelecendo o papel formativo e transformador da extensão na trajetória discente.

Para Frutuoso (2021), um PPC deve ir além do cumprimento legal de uma exigência normativa, buscando concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com foco no protagonismo discente e na transformação social. Assim, a sua elaboração e atualização contínua são fundamentais para garantir a coerência entre os objetivos institucionais e as demandas sociais. Por fim, como destaca Oliveira (2024), é fundamental que as atividades de extensão no PPC sejam realizadas através de programas, projetos e/ou demais ações, a fim de evitar iniciativas isoladas ou desvinculadas do documento que norteia o curso.

Dessa maneira, a curricularização da extensão é condicionada pelos diferentes contextos institucionais, envolvendo normativas nacionais e institucionais, organização curricular dos cursos de graduação, as concepções de formação docente que orientam as práticas pedagógicas (Santos, 2004; FORPROEX, 2012). Além disso, as condições do trabalho docente, como carga horária, tempo de planejamento e reconhecimento da função social das IES através da extensão indissociável do ensino e da pesquisa, influenciam diretamente no desenvolvimento de ações extensionistas (Ohira, Souza; 2024). Assim, a extensão integrada a matriz curricular não deve expressar apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas a práxis – vivência da realidade de forma reflexiva, podendo assumir diferentes concepções durante o percurso formativo docente, desde ações pontuais até práticas mais articuladas, dialógicas e comprometidas com a formação crítica dos sujeitos (Zanon; Cartaxo, 2022).

Reconhece-se que a análise documental apresenta limitações, pois o PPC e demais documentos a respeito da curricularização da extensão podem não refletir integralmente as práticas pedagógicas realizadas no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José.

Portanto, diante das concepções de extensão e sua relevância para formação humana e docente, sobretudo em Química, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: De que forma diferentes contextos institucionais, mesmo que não

reflitam integralmente as práticas pedagógicas, condicionam e são condicionados pela atividade de extensão curricularizada no PCC do cursos de Licenciatura em Química do IFSC, câmpus São José? Para isso, este trabalho tem como objetivo: a partir do PPC e documentos relacionados, compreender a natureza dessa integração da extensão à matriz curricular, identificar como se estabelece a interdependência entre teoria e prática e como pretende consolidar o papel do curso em relação a sua função social e formativa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, pois busca compreender, de modo interpretativo e descritivo, como a curricularização da extensão é proposta no PPC do curso de Licenciatura em Química do IFSC São José. Minayo e Guerreiro (2014), estabelecem que a pesquisa qualitativa visa compreender a realidade social a partir do significado do que os sujeitos e instituições atribuem às suas práticas, adequando-se ao objetivo deste estudo, voltado à análise do conteúdo e da intencionalidade formativa dos documentos institucionais.

Trata-se de uma pesquisa documental a partir da coleta e organização dos dados realizada em três etapas: na primeira, realizou-se o levantamento documental do PPC do curso de Licenciatura em Química – São José, das legislações nacionais que dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação e das normativas internas da instituição relacionadas à curricularização da extensão (Apêndice 1) e identificação das atividades extensionistas vinculadas ao atual PPC, registrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Dessa forma, para compreender como a curricularização da extensão se manifesta no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José, essa pesquisa abrange tanto a dimensão formal e normativa quanto a dimensão diagnóstica documentada das práticas extensionistas.

Em seguida, procedeu-se à leitura exploratória de cada documento, com o objetivo de reconhecer trechos que mencionasse a extensão e sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa ou elementos vinculados à formação docente por meio de práticas extensionistas. Na terceira etapa, procedeu-se à Análise de Conteúdo, como instrumento de análise, proposta por Bardin (2016).

Esta metodologia permite descrever e interpretar o que está sendo comunicado de forma sistemática, identificando categorias temáticas inferindo significados a partir de contextos documentais (Campos, 2004; Gaspi; Maron; Magalhães Júnior, 2021). O processo analítico segue três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

Na pré-análise, realizou-se leitura prévia de todos os documentos, ou seja, o primeiro contato com o *corpus* de análise, identificando seções relevantes a respeito da extensão integrada à matriz curricular da Licenciatura em Química do IFSC São José. Para que, na etapa de exploração do material, os trechos identificados fossem agrupados em categorias temáticas definidas a partir dos objetivos da pesquisa, estabelecidas em:

- I. A curricularização da extensão: os aspectos legais e as concepções de extensão;
- II. A curricularização da extensão e sua materialidade no PPC da Licenciatura em Química do IFSC São José;
- III. A curricularização da extensão em seu cotidiano: seus desafios e potencialidades;
- IV. Contribuições para formação docente.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA

A investigação de documentos que orientam o processo de curricularização, por meio da sistematização em categorias de análise, foi uma escolha metodológica para compreender melhor a sua materialização.

A análise e discussão dos resultados foi organizada em quatro subseções: [i] Aspectos legais e as concepções de extensão que orientam a implementação da curricularização no IFSC; [ii] a natureza da extensão contemplada no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química; [iii] ações realizadas pelo curso de Licenciatura em Química IFSC São José; e [iv] a importância da extensão na formação do docente formador, do licenciando, bem como para o docente da Educação Básica.

Aspectos legais e as concepções de extensão que orientam a implementação da curricularização no IFSC

Ao tratar da origem da curricularização da extensão no âmbito da legislação educacional, destaca-se a meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que institui o novo PNE, assegurando “no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014, p. 74). Assim, a partir do Parecer CNE/CES nº 608/2018, que apresenta as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, constituiu-se o marco legal da curricularização da extensão, definindo a obrigatoriedade de que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação sejam destinadas a programas e projetos de extensão. De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 7/2018, as atividades da Extensão na Educação Superior Brasileira a serem integradas à matriz curricular dos cursos de graduação, deverão constituir-se

[...] em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, p. 1-2).

Com base nas resoluções, as instituições federais deveriam iniciar a reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso de acordo com o Parecer CNE/CES nº 608/2018 e a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que representam um marco regulatório para a extensão na educação superior. Essas diretrizes têm como um dos propósitos fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio já previsto na Constituição Federal de 1988. Entretanto, devido à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da pandemia de Covid-19, fez-se necessário o fechamento das

[...] portas das IES do país, impedindo, quando foram incrementadas as atividades de ensino e aprendizagem por meio de plataformas digitais, por ensino remoto síncrono ou assíncrono. Nesse período, a CES entendeu ser prudente revisar a referida Resolução para adequar algumas orientações aos propósitos das novas experiências das instituições (Brasil, 2023, p. 2).

Dessa maneira, segundo o Parecer CNE/CES nº 576/2023, as IES durante a pandemia promoveram atividades de extensão “na modalidade Educação a Distância (EaD), síncrona e/ou assíncrona. Este período possibilitou que as IES

experimentassem diversas formas de integralização curricular, inclusive com plataformas virtuais” (Brasil, 2023, p. 3). Cabe ressaltar que esse período e promoção de tais atividades de forma remota deram-se de forma imediatista e, por vezes, inédita pelas IES. Esse efeito, conseqüentemente, resultou em experimentações entre exitosas e não exitosas. Tanto é que, por mais que as IES tivessem todo anseio para ofertar uma educação de qualidade, em algumas experiências aconteceram em uma multiplicidade de formatos e foram equivocadamente nomeadas como EaD, que, para ofertá-la, exigiria uma transição de estrutura pedagógica, instrumental e de pessoal significativa e custosa para aquele momento delicado. Diante disso, as experiências extensionistas desenvolvidas durante a pandemia evidenciaram tanto a capacidade de adaptação das IES quanto os limites conceituais, pedagógicos e institucionais da transposição de práticas presenciais para formatos remotos, especialmente quando realizadas de forma emergencial (Santos, 2004; FORPROEX, 2020; Zanon; Cartaxo, 2022).

Diante desse cenário e das aprendizagens decorrentes do período pandêmico, torna-se pertinente analisar como as normativas mais recentes para a formação docente buscam reorganizar os processos formativos e reafirmar princípios que haviam sido tensionados nesse período, especialmente no que se refere à articulação entre teoria e prática e à centralidade das experiências presenciais no processo de formação docente.

Recentemente, foram instituídas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em nível superior, abrangendo cursos de licenciatura, formação pedagógica e segunda licenciatura através do Resolução CNE/CP nº 4/2024, publicado em março de 2024, que representa um histórico da formação de professores no Brasil, as transformações ao longo dos anos, devido aos processos histórico-políticos da sociedade brasileira, e influenciadas por tendências educacionais estrangeiras.

A normativa reforça, em muitos trechos, a necessidade de vínculo entre a Educação Básica e a formação inicial de professores, articulando o ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável. Como disposto no Artigo 14, terceiro item do inciso 1º, os cursos de licenciaturas devem ter uma carga horária mínima de 3.200 horas, compreendendo 320 horas (10% da carga horária total) de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE),

[...] desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora (Brasil, 2024, p. 10).

Neste sentido, a escola, por ser historicamente, o *lócus* de atuação e formação do professor [de Química] constitui-se um espaço formativo fundamental para que o licenciando desenvolva sua identidade docente. Assim, a presença da extensão nesse ambiente pode se tornar mais um recurso para a construção de um espaço de construção dialógica de oportunidades, tanto para a escola quanto para o IFSC São José.

A respeito da elaboração de atividades de extensão, o inciso VI do Artigo 14, determina que a carga horária destinada às AAE “[...] devem ser realizadas, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade à distância” (Brasil, 2024, p. 10) e que as IES têm um prazo de dois anos para se adequarem aos termos da Resolução de 2024, após a data de sua publicação que foi em junho de 2024.

No âmbito institucional do IFSC, para se adequar ao PNE de 2014, a instituição catarinense iniciou o processo de institucionalização da curricularização da extensão em 2015 com a publicação da Portaria nº 887/2015 para designar servidores da instituição “para constituírem o Grupo de Trabalho sobre Creditação Curricular da Extensão no IFSC” (IFSC, 2015, p. 1). A aprovação das diretrizes para incluir a extensão aos currículos dos cursos de graduação da instituição se deu por meio da Resolução IFSC/CONSUP nº 35/2015, que, em seu Art. 5º, estabelece que as atividades de extensão devem integrar a carga horária dos componentes curriculares previstos no PPC, garantindo sua efetiva inserção no processo formativo. A resolução orienta que essas ações estejam em conformidade com a Resolução e o Parecer extensionistas de 2018 e tenham carga horária definida, que sejam planejadas e descritas nos planos de ensino e desenvolvidas dentro da carga horária regular.

Posteriormente, a Resolução IFSC/CONSUP nº 40/2016 definiu um cronograma de implementação da carga horária mínima de 10% de extensão na matriz curricular dos cursos de graduação. As atividades podem ser realizadas através de componentes específicos (criados especificamente para desempenhar as

atividades de extensão) ou não específico, nos quais a extensão foi integrada posteriormente à sua criação.

Além disso, a Resolução CONSUP nº 61/2016, reforça a importância das atividades extensionistas, destacando, em seu Art. 3º, a importância de ações “relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido e instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa” (IFSC, 2016, p. 2). O inciso 1º salienta a importância da transformação social da comunidade e da instituição (servidores e discentes) através das ações extensionistas, apresentando quais atividades podem ser caracterizadas como extensão, bem como suas respectivas cargas horárias: Programa e Produto (ambos sem carga horária definida), Projeto (carga horária mínima de 40 horas), curso (carga horária máxima de 160 horas) ou Evento (carga horária máxima de 40 horas distribuídas em até sete dias consecutivos) (IFSC, 2016).

Desse modo, a regulamentação da extensão no IFSC reflete o movimento de consolidação da curricularização como dimensão formativa importante para a instituição, com o objetivo de

assegurar práticas extensionistas curriculares a todos os estudantes dos cursos, de forma indissociada com as demais dimensões da formação acadêmica e em diálogo permanente com setores comunitários, contribui para a finalidade dos Institutos Federais de formação humana integral, impacto e transformação social (Ferreira, 2022, p. 77).

Portanto, evidencia-se que o IFSC tem buscado consolidar, por meio de normativas internas, a efetivação da extensão à formação acadêmica, em consonância com as diretrizes nacionais. Essa regulamentação traz que

a inserção curricular da extensão é um processo em construção nos Institutos Federais, com um longo caminho a percorrer até se consolidar como uma prática efetivamente institucionalizada. [...] para uma formação profissional contextualizada na realidade social, configura-se como uma estratégia que contribui para o processo de curricularização da extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (Ferreira, 2022, p. 93).

Assim, percebe-se que o IFSC tem avançado na institucionalização da curricularização da extensão, ao estabelecer normativas que asseguram sua integração aos processos formativos. Entretanto, a consolidação dessa política vai além da regulamentação formal, implicando em transformar a extensão em uma prática educativa, que promova relações dialógicas entre os sujeitos envolvidos.

Ademais, convém destacar a transformação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a Lei nº 11.892/2008 e sua significativa expansão. Tal processo ocasionou um processo de mudança identitária, seja pelas novas regulamentações e objetivos, seja pelo número significativo de novos servidores que ingressam na rede pela primeira vez e com experiências diversas. Dada a mudança e magnitude deste fenômeno paradigmático à Rede, dez anos é um período incipiente para sedimentação identitária de uma instituição de ensino que oferta diferentes tipos e modalidades de ensino (algumas novas). Assim, a data em que a Resolução CNE/CES nº 7/2018 foi homologada, esta transformação é ainda existente e influente no processo de institucionalização da extensão curricularizada.

Nesse contexto de mudanças institucionais ainda em consolidação, as concepções de extensão que orientam as práticas formativas tornam-se decisivas para compreender os sentidos atribuídos à curricularização. Em muitas situações, a extensão assume um caráter mais assistencialista, configurando-se como ações pontuais, voltadas ao atendimento imediato de demandas externas ou à aplicação de conhecimentos produzidos na instituição, sem que haja, necessariamente, um processo formativo compartilhado. Quando a extensão se reduz à transferência de saberes, ela reforça relações verticalizadas e limita as possibilidades de diálogo entre universidade e sociedade (Freire, 1977).

Em contraposição, a extensão de caráter transformador compreende a ação extensionista como prática educativa construída na relação com os sujeitos e com os contextos sociais envolvidos. Nessa perspectiva, o conhecimento não é levado pronto, mas elaborado a partir da problematização da realidade e do encontro entre diferentes conhecimentos e saberes (Freire, 1977; Santos, 2004). Segundo Zanon e Cartaxo (2022), a forma como as normativas da curricularização da extensão são apropriadas pelas instituições influencia diretamente essa escolha: quando orientadas apenas pelo cumprimento formal da carga horária, tendem a reforçar práticas fragmentadas; quando assumidas como parte do projeto formativo, podem favorecer experiências mais integradas e significativas. Assim, as diretrizes nacionais criam condições para a institucionalização da extensão, mas não definem, por si só, seu caráter formativo, que permanece dependente das concepções pedagógicas e das escolhas institucionais que orientam sua materialização no cotidiano dos cursos.

Diante disso, o desafio da instituição está em garantir, com excelência, condições pedagógicas e estruturais que garantam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo que a formação discente seja efetiva e contribua para a formação humana integral e compromisso de bem-estar social que fundamentam todos os Institutos Federais e demais IES que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A natureza da extensão contemplada no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química

O curso de Licenciatura em Química do IFSC São José tem por finalidade a formação de professores para o ensino de química, com sólida base teórico-metodológica para atuação na Educação Básica e em espaços educativos não formais, articulando ensino, pesquisa e extensão. Assim, o curso busca contribuir para mitigação da carência de docentes qualificados em ensinar química, desenvolver práticas pedagógicas reflexivas e fortalecer a formação crítica, científica e cidadã dos licenciandos (IFSC, 2020).

O curso é ofertado no câmpus São José, localizado na região da Grande Florianópolis. Almeida (2010), destaca que ao final da década de 1980, o câmpus surgiu como a primeira Unidade Descentralizada (UnEd) da antiga Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF – SC), atual Instituto Federal de Santa Catarina. Segundo Drews (2019, p. 40), “no ano de 2009, o IFSC São José, finalmente conseguiu iniciar sua trajetória no campo da formação inicial de professores(as) com a primeira oferta de vagas”, após a promulgação da Lei nº 11.892/2008 com o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com habilitação em Química, no câmpus São José.

Entretanto, como explica a autora, “no ano de 2015, os cursos de dupla habilitação [...] foram transformados em licenciaturas com habilitação única, mediante um processo de reformulação curricular, cujo início se deu no ano anterior” (Drews, 2019, p. 41). Dessa forma, iniciou-se o processo de reformulação do PPC do curso e, a partir de 2015, o curso passou a chamar-se Licenciatura em Química. Em 2018, com base nas DCN presentes na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 vigente na época, iniciou-se um novo processo de reformulação do PPC que entrou em vigência a partir do ano de 2020, devido à obrigatoriedade da

inserção da extensão ao currículo, segundo o Parecer CNE/CES nº 608/2018 e a Resolução CNE/CES nº 7/2018.

A carga horária total do curso está organizada em 3.400 horas e estão incluídas 340 horas de Atividades de Extensão, representando 10% da carga horária total do curso. A partir da 4ª fase, alguns componentes curriculares passam a desenvolver ações extensionistas com foco na articulação entre teoria e prática, tendo os licenciandos como protagonistas do processo educativo. A Tabela 1 ilustra a organização da carga horária de Extensão do curso de Licenciatura em Química do IFSC, câmpus São José.

Tabela 1 - Organização da carga horária de extensão no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José.

Fase	Componente Curricular	Carga horária de extensão	Atividade de extensão
4ª fase	Didática	50h/ 10h (EaD)	Projeto
5ª fase	GOE ⁴	50h/ 10h (EaD)	Projeto
	FEQ ⁵	20h	Projeto
6ª fase	ES ⁶ I	50h/ 30h (EaD)	Projeto e Evento
7ª fase	ES II	10h	Evento
8ª fase	ES III	100h	Projeto e Evento
9ª fase	ES IV	10h	Evento

Fonte: Adaptado de IFSC (2020).

O componente curricular de Didática desempenha papel central, ao articular ações extensionistas voltadas para o apoio pedagógico em escolas da região. Por ser a primeira vez que os licenciandos têm contato com a extensão curricularizada e com a realidade escolar, esse componente curricular possibilita a aproximação com as dinâmicas institucionais, o currículo e as práticas avaliativas adotadas. A partir de um diagnóstico inicial realizado após visitas ao(s) *lôcus* das práticas extensionistas a serem desenvolvidas, os licenciandos elaboram propostas de intervenção pedagógicas que dialogam com as necessidades da comunidade, no caso, a escola.

⁴ Gestão e Organização Escolar.

⁵ Fundamentos para Educação em Química.

⁶ Estágio Supervisionado.

Nos componentes curriculares de Gestão e Organização Escolar e Fundamentos para Educação em Química, os discentes ampliam o olhar sobre o contexto educacional (Schutz *et al*, 2017; Demos *et al*, 2024), voltando-se à compreensão dos processos de gestão escolar e ensino de química. A articulação entre esses dois componentes permite que sejam trabalhados temas de forma transversal (Ilgenfritz; Cambraia; Nonenmacher, 2022), tornando a formação mais integrada, que relaciona o estudo teórico sobre organização escolar com reflexões sobre o ensino de Química.

Como disposto na Tabela 1, a extensão passa a se articular com os Estágios Supervisionados a partir da 6ª fase. Essa articulação, de acordo com o PPC, é justificada pela forma como a proposta de organização e desenvolvimento dos Estágios Supervisionados do curso de Licenciatura em Química foi construída, de forma a contemplar atividades diversas de pesquisa, de ensino, de extensão (IFSC, 20205) e as práticas pedagógicas. Ainda de acordo com o PPC,

Tal concepção [...] não apenas vai ao encontro da concepção de estágio adotada no curso de Licenciatura em Química, como parece destacar os Estágios Supervisionados da presente proposta curricular como espaços e tempos adequados para a concretização dos fins das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como das Diretrizes do IFSC para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da instituição. Qual seja: a transformação social no entorno dos câmpus do IFSC, envolvendo servidores e discentes por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos, desenvolvidos de forma indissociável ao ensino e à pesquisa (IFSC, 2020, p. 85).

Além disso, a inserção da extensão nos Estágios Supervisionados do curso, configura-se como uma retomada das experiências vivenciadas e práticas realizadas desde a abertura do curso de Licenciatura no IFSC São José, em 2010, e também como a adoção de uma proposta pedagógica em desenvolvimento desde a reformulação curricular de 2015 (IFSC, 2020).

A articulação da extensão nos Estágios Supervisionados ocorre da seguinte forma: no componente curricular de Estágio Supervisionado I, no qual são realizadas visitas a espaços educativos formais e não formais e, “conforme a realidade dos espaços, será elaborado um projeto de extensão que possibilite aos(às) licenciandos(as) conhecê-los e realizarem intervenção em pelo menos um desses espaços” (IFSC, 2020, p. 97).

No Estágio Supervisionado II, os licenciandos observam uma turma de Ensino Médio e elaboram um projeto de intervenção que será desenvolvido no semestre seguinte. Além disso, “os estudantes apresentarão seus projetos de Estágio que serão desenvolvidos no Estágio III, por meio de evento de extensão no Seminário de Estágio da Licenciatura” (IFSC, 2020, p. 97). No Estágio III, os estudantes desenvolvem as atividades de regência e apresentam os portfólios desenvolvidos no componente curricular no Seminário de Estágio. E, por fim, o Estágio Supervisionado IV, visa a apresentação dos relatos das experiências vivenciadas durante os Estágios anteriores, incluindo as práticas extensionistas. A atividade de extensão realizada em todos os Estágios Supervisionados é o Evento Seminário de Estágio, que é organizado pelos próprios licenciandos em parceria com os docentes do curso e que também recebe as escolas participantes da comunidade. Esse momento final visa socializar e divulgar os projetos de intervenção e de extensão elaborados durante os Estágios I, II, III e IV.

Percebe-se, então, que a extensão está concentrada nos componentes curriculares pedagógicos, mas o PPC ressalta que os projetos ocorram “preferencialmente de forma interdisciplinar com os demais componentes curriculares da fase” (IFSC, 2020, p. 37). Entretanto, o documento não especifica detalhadamente as atribuições de cada componente curricular no projeto de extensão desenvolvido ao longo do semestre. Dessa maneira, a área de Química – Química Geral, Analítica, Inorgânica, Físico-química, Orgânica e Bioquímica, acaba assumindo um papel secundário. Isso sugere uma compreensão implícita de que apenas a área pedagógica seria responsável pela formação docente dos licenciandos de química, quando, na realidade, tal formação deveria ser melhor explicitada para ocorrer de maneira mais articulada entre ambas as áreas do conhecimento.

Para além disso, apesar de o IFSC São José estar dentro do prazo para reestruturação do currículo do curso de Licenciatura em Química de acordo com a Resolução nº 04/2024, identificam-se outros aspectos relevantes a respeito da curricularização da extensão, como a carga horária de extensão prevista para ser cumprida na modalidade a distância. Embora a oferta de atividades EaD contribua para flexibilizar a organização curricular, ela também pode trazer questionamentos sobre a efetiva vivência da extensão, como experiência de campo, diálogo e ação

concreta com as comunidades externas. Trata-se de uma questão que merece ser analisada com maior profundidade, visto que há em outros componentes curriculares carga horária EaD e que não necessariamente têm extensão. Dessa maneira, deve-se investigar como essas experiências têm sido para os licenciandos, e em que medida mantém-se o caráter dialógico da extensão, visto que a atual normativa traz que as práticas extensionistas curricularizadas devem ser realizadas integralmente de maneira presencial.

Além disso, apesar de não explicitada na atual Resolução, a presença da extensão nos componentes de Estágio Supervisionado, indica uma sobreposição de funções, na qual as ações extensionistas podem acabar confundidas com as atividades de observação e regência. De acordo com Pimenta e Lima (2017), o Estágio deve ser espaço de integração entre teoria e prática, mas não substituto da extensão; ambas as dimensões podem ser complementares e se fortalecerem quando articuladas adequadamente, através de projetos desenvolvidos ao longo do semestre nos componentes curriculares, realizados em escolas públicas ou em eventos de divulgação científica na própria instituição.

De modo geral, observa-se que o curso de Licenciatura em Química do IFSC São José tem avançado na integração da extensão ao currículo. Ainda assim, torna-se imprescindível incorporar os componentes específicos à área de Química nas ações extensionistas, analisar acerca da carga horária EaD que deve passar a ser totalmente presencial, de acordo com as atuais diretrizes, além da possível sobreposição entre extensão e Estágio Supervisionado. Esses aspectos fortalecem um movimento para ajustes da organização curricular, ou seja, atualizar o PPC em conformidade com a vigente Resolução CNE/CP nº 4/2024, de modo a garantir que a concepção formativa do curso esteja alinhada com as diretrizes mais recentes da formação de professores.

Ações realizadas pelo curso de Licenciatura em Química IFSC São José

A curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José insere-se no contexto das mudanças normativas decorrentes da implementação do PNE 20214 - 2024 e da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelecem a obrigatoriedade da integralização de 10% da carga horária dos cursos de graduação por meio de atividades de extensão. Em atendimento a essas

diretrizes, o PPC passou por reformulação, entrando em vigência no ano de 2020, integrando a extensão de forma distribuída ao longo da matriz curricular. Dessa maneira, tornar a curricularização da extensão indissociável do ensino e da pesquisa e que não restrinja-se à uma perspectiva unicamente verticalizada,

Trazer a extensão para os currículos exige um esforço de diálogo e de reflexão envolvendo discentes, docentes e corpo administrativo sobre os fundamentos da extensão, no sentido de desenvolver possibilidades que sejam utilizadas como referências (Silva; Vieira; Tambosi Filho, 2024, p. 14)

Neste contexto, apresentam-se as ações de extensão integrada à matriz curricular do curso de Licenciatura em Química do IFSC câmpus São José, na Tabela 2, que vêm sendo materializadas, ao longo dos últimos anos, entre 2021⁷ e 2025, envolvendo discentes em diferentes componentes curriculares, como Didática, Fundamentos para Educação em Química, Gestão e Organização Escolar e Estágios Supervisionados. Essas ações têm por objetivo concretizar a práxis pedagógica através do desenvolvimento de ações em escolas da rede básica da região e também no próprio IFSC⁸.

Tabela 2 - Projetos de extensão curricularizada do curso de Licenciatura em Química – IFSC São José (2021–2025).

Semestre	Título do Projeto	CC envolvido
2021.2	As contribuições do ensino de Química na educação ambiental: diálogos entre diferentes saberes.	Didática
2022.1	A Gestão Democrática e as Contribuições do Ensino de Química na Educação ambiental: diálogos entre diferentes saberes	FEQ e GOE
2022.2		Didática
	Polinização das Práticas de Estágio do IFSC São José	ES I
2023.1	Alimentação escolar: importância e identidade dos escolares	FEQ e GOE
	Polinização das Práticas de Estágio do IFSC São José	ES II
2023.2	O Ensino de Química dialogando com a Educação Ambiental: Possibilidades para a escola pública	Didática

⁷ Apesar do novo PPC ter iniciado em 2020, apenas em 2021.2 que o primeiro componente curricular com carga horária de extensão foi ofertado.

⁸ Há licenciandos que realizam a regência de estágio, a elaboração do projeto em turmas do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico ou Educação de Jovens e Adultos do IFSC.

	Estágios Supervisionados: desenvolvendo e polinizando experiências educativas	ES I e ES III
2024.1	A Educação em Química na Formação de Professores: Uma experiência de extensão para Licenciandos da quinta fase	FEQ e GOE
	Formação de professores em foco: os Estágios Supervisionados como práticas transformadoras	ES II
2024.2	Cartas ao cientista: aproximando crianças e ciências	ES I
	A Educação em Química na Formação de Professores: Uma experiência de extensão para Licenciandos da quinta fase	Didática
	Formação de professores em foco: os Estágios Supervisionados como práticas transformadoras	ES III
2025.1	A extensão e os Estágios Supervisionados como práticas transformadoras: experiências do IFSC-SJ	ES IV
	A Química Experimental de Forma Lúdica e Extensionista para a Emancipação Social e Manifestação dos Saberes Docentes	FEQ e GOE

Fonte: elaboração própria.

A partir dessas ações, especialmente as atividades realizadas em projetos e eventos, evidencia-se que, embora a curricularização esteja em processo de consolidação, há um esforço contínuo de fortalecimento das práticas extensionistas. As temáticas mais recorrentes giram em torno da educação ambiental, da divulgação científica e da formação de professores, demonstrando a tentativa de aproximar o ensino de Química das demandas sociais e do cotidiano escolar. Como afirmam Brito, Almeida e Molina (2013), a extensão universitária deve ser entendida como um “processo educativo, cultural e científico, fomentador da relação transformadora entre universidade e sociedade”. Assim, mesmo que em escala reduzida, essas ações contribuem para promover o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, mobilizando o compromisso social da formação docente.

No período analisado, a curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José concretizou-se, entre outras formas, na realização de projetos integrados a componentes curriculares, cujas ações foram

divulgadas em eventos acadêmicos. Essas produções são relatos de experiência que salientam como as ações extensionistas têm sido incorporadas ao cotidiano formativo do curso e apropriadas como objeto de reflexão pedagógica.

Dentre alguns dos trabalhos realizados, destaca-se o intitulado “Do microplástico ao macro problemas ambientais: ação de extensão integrada à matriz curricular de curso de Licenciatura em Química” (Demos *et al*, 2024), apresentado no XXII Encontro Nacional de Ensino de Química (ENEQ) que relata acerca de uma ação desenvolvida em parceria com o Centro Municipal de Educação Ambiental Escola do Mar de São José. A experiência desenvolve os conteúdos de Química a problemáticas ambientais contemporâneas, envolvendo licenciandos na elaboração e execução de uma sequência didática junto a estudantes da Educação Básica. O relato evidencia que a extensão, quando integrada aos componentes curriculares, favorece a aproximação entre IES e escola, ao mesmo tempo em que os licenciandos refletem sobre o ensino de Química de forma contextualizada.

Já o segundo trabalho, “Implicações da extensão na formação docente em Química: uma experiência de extensão a partir de componentes curriculares da Licenciatura em Química” (Meurer *et al*, 2025), apresentado nos eventos 43º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) (anais no prelo, notícia no site do IFSC⁹) e VII Seminário de Institucional de Iniciação à Docência do IFSC (SIID IFSC) aprofunda a análise das contribuições formativas dessas ações, ao discutir os efeitos da extensão tanto na formação inicial dos licenciandos quanto na prática dos professores envolvidos. O texto evidencia que a extensão curricularizada não se limita à execução de atividades pontuais, mas constitui um espaço de aprendizagem profissional, no qual planejamento coletivo, diálogo com a escola e reflexão sobre a prática assumem centralidade.

Além dos artigos publicados em eventos acadêmicos, identificam-se também relatos de experiência divulgados no Seminário de Estágio da Licenciatura em Química do IFSC São José – disponíveis no Wiki do curso. Esses relatos decorrem das ações extensionistas desenvolvidas no âmbito dos Estágios Supervisionados e constituem um espaço de socialização das práticas realizadas junto às escolas da

⁹ Câmpus São José tem quatro trabalhos selecionados para o 43º Seurs. Disponível: <https://www.ifsc.edu.br/web/noticias/w/campus-sao-jose-tem-quatro-trabalhos-selecionados-para-o-43-seurs>.

educação básica, permitindo a troca de experiências entre licenciandos, professores formadores e professores da escola pública.

A análise desses relatos permite compreender que a curricularização da extensão, no contexto investigado, tem se concretizado como uma prática em construção, fortemente condicionada pelas escolhas pedagógicas do curso, pela concepção de extensão adotada e pelas possibilidades institucionais de articulação com a Educação Básica. Ao mesmo tempo, os trabalhos indicam que a socialização dessas experiências em eventos científicos contribui para dar visibilidade às ações extensionistas e para consolidá-las como parte constitutiva do currículo, reforçando seu caráter formativo e reflexivo no âmbito da Licenciatura em Química.

A apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos constitui uma dimensão relevante da extensão universitária, sobretudo por possibilitar a socialização das experiências e a sistematização das ações desenvolvidas. No entanto, a extensão não deve se limitar à divulgação de resultados. A extensão caracteriza-se como um processo educativo e político que pressupõe interação transformadora entre a instituição de ensino superior e a sociedade, o que implica ações que incidem, de forma concreta, sobre as realidades com as quais dialogam (FORPROEX, 2012).

Freire (1977) critica as práticas extensionistas restritas à comunicação unilateral tendem a esvaziar o caráter dialógico da extensão, aproximando-a de uma lógica assistencialista. Nessa perspectiva, Santos (2004) reforça que a função social da universidade está vinculada à capacidade de promover transformações sociais, reconhecendo os saberes da comunidade e construindo relações horizontais. Assim, os eventos devem ser compreendidos como parte do processo extensionista, e não como seu ponto final, sendo fundamental que estejam articulados a ações contínuas e socialmente referenciadas, capazes de contribuir para a transformação dos contextos educativos e comunitários envolvidos.

Neste contexto, torna-se pertinente refletir sobre o verdadeiro potencial formativo das IES que está em sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, pois “no fluxo dessas experiências – a da extensão que se torna pesquisa, que se faz com ensino e que é extensão – que o processo de entendimento e transformação da realidade se realiza” (Gatti, 2019, p. 152). Assim, a extensão não deve ser compreendida como um complemento, mas como dimensão essencial da práxis educativa.

Portanto, as atividades analisadas evidenciam um movimento de amadurecimento institucional e pedagógico no IFSC São José. A curricularização da extensão no câmpus se apresenta como um processo em construção, que avança gradualmente em direção a uma formação docente mais integrada, participativa e socialmente engajada. Como aponta Gatti (2019), a verdadeira educação deve incidir sobre a consciência, promovendo autonomia e pensamento crítico. Para tanto, a extensão universitária precisa consolidar-se como prática educativa viva — capaz de formar sujeitos emancipados, conscientes de seu papel na transformação da realidade social.

A importância da extensão na formação do docente formador, do licenciando, bem como para o docente da Educação Básica

A curricularização na formação docente vêm como estratégia a superar a distância entre os cursos de Licenciatura e a comunidade (escola) e estreitar relações. Nessa perspectiva, a extensão dialógica assume papel central, ao reconhecer a comunidade como sujeito do processo educativo e não como mera receptora de ações institucionais. Para Freire (1977), o diálogo é condição para uma prática educativa comprometida com a transformação da realidade, e, conforme destaca Gadotti (2017), é por meio dessa relação dialógica que a extensão fortalece seu caráter ético, político e emancipatório.

Pernambuco (2002), define o diálogo como o motor da aprendizagem. o docente deve partir da visão do estudante, questionando-a para gerar novas necessidades de conhecimento e sistematizar o saber. Esse processo transforma fragmentos cotidianos em um corpo organizado de saber crítico. Dessa maneira, valoriza-se o trabalho docente, pois ele atua como Agente mediador e sistematizador do conhecimento, tornando-o mais democrático. E, é através do diálogo que o trabalho docente se estabelece na formação dos estudantes. Mesmo que a realidade compartilhada seja vista sob diferentes ângulos e apresenta desigualdades, ou seja, uma relação assimétrica, essa diferença contribui para que haja uma troca real, constituindo-se um dos elementos básicos para a troca de saberes através das relações dialógicas:

Paulo Freire, ao mostrar que um aluno é um educando em par com o educador *retoma em sala de aula um processo de produção do*

conhecimento, nos aponta o diálogo como o instrumento por excelência pelo qual esse conhecimento produz. Iniciando sempre do universo do aluno, do que para ele é significativo, da sua maneira de pensar, do conhecimento que traz do seu grupo social, cabe à escola possibilitar-lhe a superação dessa visão inicial, dando-lhe acesso a novas formas de pensar, que constituem a base do conhecimento sistematizado contemporâneo (Pernambuco, 2002, p. 24 - 25).

Dessa maneira, apesar desses desafios, as ações extensionistas têm desempenhado um papel importante na aproximação entre o IFSC São José e as escolas da rede de educação básica, contribuindo para a formação de diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo. A curricularização da extensão, nesse sentido, apresenta-se como espaço de ressignificação das práticas docentes e de reconstrução identitária de professores formadores, professores da escola pública e licenciandos. Como afirmam Brito, Almeida e Molina (2013, p. 2), “o processo extensionista favorece o reconhecimento do campo de vivências profissionais”, ampliando a compreensão das realidades sociais e profissionais que os futuros docentes enfrentarão.

A democratização do conhecimento científico, na qual há o compromisso de partilhar com os sujeitos em formação – tanto professores quanto alunos, em diferentes momentos de aprendizado –, constitui um dos pilares desse movimento, pois, ao tornar acessíveis os saberes produzidos na universidade, contribui tanto para a transformação social quanto para o aprendizado significativo dos licenciandos (Souza *et al.*, 2023). Contudo, para que essa democratização seja efetiva, é imprescindível superar a visão meramente assistencialista da extensão e concebê-la como uma via de mão dupla, na qual os sujeitos aprendem mutuamente. Miguel (2023), destaca que a superação dessa tendência depende de uma articulação mais orgânica entre ensino, pesquisa e extensão – uma integração que ainda se apresenta como desafio concreto nas licenciaturas.

A experiência do curso do câmpus São José demonstra que, embora haja esforços de aproximação entre a instituição e as escolas, a efetividade da curricularização requer uma postura mais intencional e colaborativa. Entretanto, essa efetividade não depende apenas das instituições de ensino, como o instituto federal e escolas da rede básica, mas também, destaca-se a necessidade de parcerias institucionais (IFSC e secretarias estaduais e municipais de educação) para que sejam realizados programas ou projetos de forma sistemática e duradoura

nas escolas, possibilitando a transformação daquele espaço. Isso não é possível com ações pontuais realizadas a cada semestre letivo.

Se a curricularização da extensão ainda é novidade no curso de Licenciatura em Química do IFSC São José, para as Secretarias também. Mas é fundamental a permissão desses agentes para realização destes trâmites e para que ocorra um vínculo entre as instituições. É necessário que as atividades extensionistas promovam o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes da prática docente, reconhecendo o professor da escola básica como sujeito ativo no processo formativo e não apenas como receptor das ações universitárias.

Para isso, é necessário que as ações extensionistas também transformem os espaços escolares e os professores da educação básica que delas participam. A escassez de estudos voltados à compreensão da extensão sob a ótica do professor da escola pública que recebe a atividade de extensão evidencia uma lacuna importante: a necessidade de compreender a formação docente como um processo coletivo, em que universidade e escola se constituem mutuamente. Assim, a curricularização da extensão no IFSC São José só alcançará seu potencial formativo quando promover, de forma sistemática e dialógica, a integração entre todos os sujeitos e saberes que compõem o campo educativo.

Nesse processo, o professor formador desempenha papel central. Sua atuação vai além da mediação técnica: ele é também sujeito de formação, uma vez que o ato de formar professores é, simultaneamente, um trabalho docente é um exercício de autoformação (Hoffman, 2016). Como aponta Saviani (2011, p. 16), “a formação dos professores se dá, também, como um trabalho docente por parte dos formadores”. Assim, ao planejar, acompanhar e refletir sobre as ações extensionistas, o formador reelabora sua própria prática, confrontando-se com as realidades escolares e sociais que emergem desses espaços. A extensão, portanto, não forma apenas o licenciando, mas também o professor formador, ao colocá-lo em diálogo com contextos que exigem sensibilidade pedagógica, flexibilidade e compromisso ético.

Por outro lado, a consolidação da extensão como eixo estruturante do currículo enfrenta obstáculos institucionais relevantes, como a intensificação do trabalho docente que relaciona-se com critérios de avaliação sobre a produção intelectual oriunda das atividades de ensino, pesquisa e extensão (aulas

ministradas, participação em ações de extensão, grupos de pesquisas, artigos publicados) (Bazzo, 2007; Silva; Souza Júnior, 2020). Dessa maneira, pode ocorrer má gestão do trabalho docente, ou seja, a escassez de tempo para planejamento e a necessidade das atividades e de novas metodologias de acompanhamento discente, quando pensamos na formação de futuros professores (Ohira; Souza, 2024). Esses desafios apontam para a urgência de políticas institucionais de apoio, que garantam condições materiais e pedagógicas para o desenvolvimento de práticas extensionistas integradas e transformadoras.

No contexto da formação docente em Química, a integração da extensão ao currículo expressa uma revisão crítica da própria história da universidade e de sua função social (Zanon; Cartaxo, 2022). A inserção dos licenciandos em espaços formativos diversos permite que vivenciem como se estabelecem as relações entre ciência, educação e sociedade na escola. Conforme defendem Santos e Gouw (2021), é pela extensão que se constrói um conhecimento emancipador, que une técnica e sensibilidade social, orientando-se para a produção de saberes humanos e contextualizados.

Dessa forma, compreende-se que a curricularização da extensão, ao integrar ensino, pesquisa e ação social, constitui um espaço para a formação de professores críticos e reflexivos. Mais do que cumprir uma exigência normativa, ela propicia a construção de experiências formativas que articulam o conhecimento científico e os saberes da prática, fortalecendo o compromisso social da universidade. O processo extensionista, quando efetivado em sua dimensão dialógica, transforma tanto os licenciandos quanto os professores da educação básica e os próprios formadores, que se (re)constroem enquanto educadores.

Nesse sentido, a extensão se revela não apenas como uma prática pedagógica, mas como uma práxis formadora, na qual o ensinar e o aprender se entrelaçam em um movimento contínuo de reflexão e ação. Superar o mero assistencialismo e consolidar uma concepção emancipadora de extensão exige reconhecer o papel ativo de todos os sujeitos envolvidos e criar condições institucionais que favoreçam o diálogo, a colaboração e a valorização dos saberes múltiplos. Assim, a formação docente, ao se realizar também como trabalho e reflexão do professor formador, torna-se um processo coletivo e transformador,

capaz de contribuir para uma educação mais humana, crítica e socialmente comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

A presente pesquisa teve como proposta, discutir a respeito da consolidação da curricularização à luz das diretrizes legais, as concepções de extensão que emergem das ações realizadas e suas implicações na formação docente.

Ao analisar o PPC do Curso e as atividades de curricularização desenvolvidas percebe-se que há avanços, mas que a extensão precisa continuamente ser problematizada e ressignificada, de modo que as ações extensionistas possam ultrapassar a mera obrigatoriedade instituídas legalmente e se constituir como experiências educativas capazes de transformar os sujeitos, espaços escolares e o próprio IFSC São José de maneira horizontal, valorizando os diferentes saberes.

A respeito da curricularização da extensão no curso de licenciatura em Química do IFSC São José, a integração da extensão à matriz curricular, como está distribuída nos componentes curriculares e as atividades realizadas no período de 2021 - 2025, demonstram os esforços envolvendo a formação inicial de professores através de projetos, apesar dos desafios que tornam as ações descontínuas e pontuais, envolvendo educação ambiental, divulgação científica, mas também de reflexão acerca de sua práxis. E, neste sentido, reconhece-se que a curricularização da extensão tem contribuído para a formação de professores em diferentes âmbitos.

Para o professor formador, a extensão representa uma oportunidade de desenvolvimento profissional docente, a partir da reflexão das próprias práticas e de aproximação das realidades escolares, demandando novas metodologias, parcerias e formas de acompanhamento (Ohira; Souza, 2024). Para os professores da educação básica, oferece momentos de diálogo, formação continuada e construção conjunta de saberes, ainda que estes ocorram de maneira pontual. Para os licenciandos, a extensão amplia o repertório profissional (Santos; Gouw, 2021), articulando teoria e prática e permitindo vivências que favorecem a construção da práxis docente (Silva, 2011).

Contudo, os desafios são evidentes. A sobrecarga docente, as limitações estruturais, a dificuldade de tornar indissociável extensão, ensino e pesquisa e a

tendência à reprodução de práticas meramente assistencialistas configuram obstáculos importantes para a consolidação de uma extensão transformadora. Para que seu potencial se realize, é imprescindível fortalecer práticas dialógicas, reconhecer o professor da escola básica e a escola como sujeitos ativos e lócus privilegiado na produção do conhecimento e compreender a extensão como espaço de formação crítica, e não apenas como requisito curricular.

Dessa forma, abrem-se possibilidades para investigações futuras que possam aprofundar a compreensão da curricularização da extensão no curso, investigar como os licenciandos vivenciam as atividades extensionistas realizadas a distância, considerando as implicações para o caráter dialógico e territorial da extensão, ou mesmo comparações com outros câmpus e instituições, pode oferecer uma visão mais abrangente sobre avanços, desafios e perspectivas para o fortalecimento da formação docente na área.

Além disso, sugere-se explorar a possibilidade de projetos inter, multi e, se possível, transdisciplinares entre a Licenciatura em Química e outros cursos do câmpus, como Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Engenharia de Telecomunicações. Essa aproximação pode favorecer experiências formativas que ultrapassem fronteiras disciplinares, permitindo que diferentes áreas do conhecimento dialoguem na construção de soluções para problemas concretos da comunidade. Do mesmo modo, estudos que se proponham a mapear a curricularização da extensão no curso poderiam elucidar como ela se materializa nas práticas cotidianas, nos PPCs e nas percepções dos sujeitos envolvidos, contribuindo para identificar lacunas e propor aperfeiçoamentos. Ao promover esse mapeamento crítico, abre-se espaço para fortalecer o caráter emancipador da extensão, compreendendo-a como parte constitutiva de um projeto formativo coletivo, capaz de transformar tanto a universidade quanto os territórios com os quais ela se compromete.

Nessa perspectiva, pesquisas futuras podem aprofundar contribuições ainda incipientes no campo da extensão universitária, especialmente no contexto da Licenciatura em Química do IFSC São José. Pode também investigar de maneira sistemática as práticas extensionistas desenvolvidas pelo curso permitiria revelar não apenas suas potencialidades formativas, mas também as tensões, contradições e reinvenções que atravessam a relação entre universidade, escola e sociedade.

Assim como ocorre com o professor formador que reelabora sua prática ao participar de ações extensionistas, a própria instituição se reconfigura ao analisar criticamente seus processos, abrindo caminhos para uma extensão mais dialógica, integrada e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina. reed. rev. e atual, Florianópolis: Ed. do IFSC, 2010. 234 p., il. ISBN 9788564426092. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/arquivos/pesquisa/publicacoes/livros%20do%20ifsc/livro%20100anos_2016.pdf. Acesso em: 28 out. 2025. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro_100anos_2016.pdf/6c6b9d8b-d3ac-cb6e-bd3b-9fdb628a7419. Acesso em: 28 out. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. 225 p.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 608, de 3 de outubro de 2018. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em 07 mai. 2025.

BAZZO, Vera Lúcia. Constituição da profissionalidade docente na educação superior: desafios e possibilidades. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10862>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 576, de 09 de agosto de 2023. Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=251351-pces576-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 set. 2025.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 608, de 3 de outubro de 2018. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em 07 mai. 2025.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 29 de maio de 2024. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, DF. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 15 set. 2025.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em 07 mai. 2025.

_____. Lei nº 7.022, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

DEMOS, Talles Viana *et al.*. DO MICROPLÁSTICO À MACRO PROBLEMAS AMBIENTAIS: AÇÃO DE EXTENSÃO INTEGRADA À MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA.. In: Anais do XXII Encontro Nacional de Ensino de Química. Anais...Belém(PA) UFPA, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xxii-encontro-nacional-de-ensino-de-quimica-397660/806722-DO-MICROPLASTICO-A-MACRO-PROBLEMAS-AMBIENTAIS--ACAO-DE-EXTENSAO-INTEGRADA-A-MATRIZ-CURRICULAR-DE-CURSO-DE-LICENCI>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DREWS, Franciele. Estágios Supervisionados nas Licenciaturas do IFSC-SJ: práticas e propostas de formação. In: AGUIAR, Paula Alves de; DREWS, Franciele; DEMOS, Talles Viana; PEREIRA, Giselia Antunes; VAZ, Kamille (org.). ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOCENTE: experiências e práticas do ifsc-sj. Florianópolis: Publicações do Ifsc, 2019. p. 32-69. (ISBN 9788584641307).

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

_____. divulga iniciativas extensionistas de combate à covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/194-forproex-divulga-iniciativas-extensionistas-de-combate-a-covid-19#:~:text=O%20FORPROEX%2C%20ciente%20da%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pandemia,institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FRUTUOSO, Tomé de Pádua. Curricularização da extensão e a concretização da indissociabilidade. Cadernos de Extensão, IFFluminense, Campos do Goytacazes, RJ v. 5, p. 22-30, out. 2021. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/cadernos_de_extensao/article/view/16294. Acesso em: 19 ago. 2025.

_____, Tomé de Pádua. O Processo de Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. Dissertação mestrado - Centro de Referência em Formação e Educação a Distância CERFEAD, Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. Florianópolis, 162 p. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1643>. Acesso em 19 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p. (Coleção o mundo hoje, 24).

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf. Acesso em 19 set. 2025.

HOFFMANN, M. B. Constituição da identidade profissional docente dos formadores de professores de biologia: potencialidades da intercoletividade. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas / Centro de Ciências da Educação / Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

IFSC. Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Química – Câmpus São José. Florianópolis: IFSC, 2020.

_____. Portaria nº 887, de 31 de março de 2015. Resolve designar os servidores abaixo relacionados para constituírem o Grupo de Trabalho sobre Creditação Curricular da Extensão no IFSC, com atividades previstas até 31 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/30689/8588389/Portaria+n%C2%BA+887%2C+de+31+de+mar%C3%A7o+de+2015.pdf/46f3d634-2baa-4d18-a2d1-2fdcb0064b1b>. Acesso em: 06 nov. 2025.

_____. Resolução CONSUP nº 35, de 23 de setembro de 2015. Aprova as diretrizes para a inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC. Florianópolis, SC. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30689/8588389/consup_resolucao35_2015_diretrizes_extens%C3%A3o.pdf/30f82883-0b1d-4297-a9d0-b37ef700187c. Acesso em: 06 nov. 2025.

_____. Resolução CONSUP nº 40, de 29 de agosto de 2016. Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC e dá outras providências. Florianópolis, SC. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao40_2016_curriculariza%C3%A7ao_extens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 06 nov. 2025.

_____. Resolução CONSUP nº 61, de 12 de dezembro de 2016. Regulamenta as Atividades de Extensão no IFSC. Florianópolis, SC. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf. Acesso em 06 nov. 2025.

ILGENFRITZ, Leandro Adriano; CAMBRAIA, Adão Caron; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana. Caminhos para a formação integrada por meio de princípios agregados à curricularização da extensão. *Revista Diálogo Educacional*, [S.L.], v. 22, n. 74, p. 1095-1120, 7 out. 2022. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416x.22.074.ds05>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2022000301095&script=sci_arttext. Acesso em: 15 ago. 2025.

JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais [...] . Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 1-6. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2025.

DREWS, Franciele. Estágios Supervisionados nas Licenciaturas do IFSC-SJ: práticas e propostas de formação. In: AGUIAR, Paula Alves de *et al* (org.). **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOCENTE: experiências e práticas do ifsc-sj**. Florianópolis: Publicações do Ifsc, 2019. p. 32-69. ISBN 9788584641307.

GASPI, Suelen de; MARON, Luís Henrique Pupo; MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA. ANÁLISE DE CONTEÚDO NUMA PERSPECTIVA DE BARDIN. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci (org.). *Metodologia da Pesquisa em Educação e Ensino de Ciências*. Maringá: Massoni, 2021. 408 p.

MEURER, Nataly *et al*. IMPLICAÇÕES DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM QUÍMICA: uma experiência de extensão a partir de componentes curriculares da licenciatura em química. In: SEMINÁRIO INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DO IFSC, 7., 2025, São José. Anais [...] . São José: ., 2025. v. 4, p. 1-7. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/siid/article/view/4121>. Acesso em: 17 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 1103-1112, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>. Acesso em 30 out. 2025.

MONTAGNINI, Luiz Philipe Tibau. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM AÇÕES DE EXTENSÃO CURRICULARIZADA EM LICENCIATURA EM QUÍMICA: contribuições a partir da educação ambiental e poluição microplástica. 2023. 26 f. TCC (Graduação) - curso de Licenciatura em Química, Coordenadoria de Área de Cultura Geral, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, São José, 2023. Disponível em: https://wiki.sj.ifsc.edu.br/index.php/REFLEX%C3%95ES_SOBRE_A_FORMA%C3%87%C3%83O_INICIAL_DOCENTE_EM_A%C3%87%C3%95ES_DE_EXTENS%C3%83O_CURRICULARIZADA_EM_LICENCIATURA_EM_QU%C3%8DMICA:CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES_A_PARTIR_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_AMBIENTAL_E_POLUI%C3%87%C3%83O_MICROPL%C3%81STICA. Acesso em: 16 out. 2025.

OLIVEIRA, Amauri Picollo de. PERCEÇÃO DOS DOCENTES E DISCENTES SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, FÍSICA E QUÍMICA DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO-RS. 2024. 192 f. Tese (Doutorado) - curso de Educação em Ciências, O Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Ufrgs, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/285167>. Acesso em: 22 ago. 2025.

PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Cenas da sala de aula: quando a troca se estabelece (a relação dialógica). In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org.). Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. Cap. 1. p. 19-36.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/d6e8cf26-37dd-49dc-9378-92c7dc784b9c/content>. Acesso em 17 dez. 2025.

_____, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Gabriel Messias dos. *et al.* UMA EXPERIÊNCIA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA. In: Congresso Nacional de Educação – CONEDU, X, 2024, Ceará. Anais [...]. Ceará: Editora Realize, p. 1 - 6. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD4_ID11352_TB3615_27102024192203.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

SANTOS, Paloma Marques dos; GOUW, Ana Maria Santos. Contribuições da curricularização da extensão na formação de professores. INTERFACES DA EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 922–946, 2021. DOI: 10.26514/inter.v12i34.5396. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/5396>. Acesso em: 10 nov.. 2025.

SCHUTZ, S *et al.* Repórter IFSC: Drogas na Adolescência. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/en/video-aberto/-/asset_publisher/yPDbuoUoEZAI/content/id/142927. Acesso em 16 dez. 2025.

SILVA, Luciane Duarte da; VIEIRA, Almir Martins; TAMBOSI FILHO, Elmo. Curricularização da extensão universitária: indicadores de avaliação para os cursos de administração e contabilidade. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 29, p. e024001, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/p8pjuw57GNCStghkvdGMS4Wt/?lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2025.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves de; SOUZA JÚNIOR, Gilberto Romeiro de. Análise da precarização e intensificação do trabalho docente no Instituto Federal de Pernambuco. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, [S. l.], v. 1, n. 16, p. 126–145, 2020. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3385>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SILVA, Renata Zeni da. A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENSINO DE QUÍMICA: um levantamento das produções em revistas de extensão. 2021. 83 f. TCC (Graduação) - curso de Licenciatura em Química, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, 2021. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/31695>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVEIRA, Maria Leda Costa. Perspectivas de formação no curso de licenciatura em química do IFSC: da tradição técnica ao discurso emancipatório. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado) - curso de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122676?show=full>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SOUZA, Vânia de Fátima Matias de.; *et. al.*. Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura: uma análise da produção científica brasileira. Educação: Teoria e Prática, [S. l.], v. 33, n. 66, p. e38[2023], 2023. DOI: 10.18675/1981-8106.v33.n.66.s17106. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17106>. Acesso em: 3 nov. 2025.

TEIXEIRA, Juraci Lourenço. As contribuições dos Institutos Federais na Formação Inicial de Professores de Química: limites e potencialidades. 2023. 120 f. Tese (Doutorado) - curso de Educação em Química, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Cap. 6. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41177>. Acesso em: 07 nov. 2025.

APÊNDICE 1 - Relação dos documentos que dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação

Normativa	Descrição/ Objeto
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Institui o Plano Nacional de Educação no período 2014 - 2024 com metas para educação brasileira
Portaria nº 887/2015	Constituição de Grupo de Trabalho para Creditação Curricular de Extensão IFSC
Resolução IFSC/CONSUP nº 35/2015, de 23 de setembro de 2015 e	Aprovação das diretrizes do PNE 2014 - 2024 para a inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC.
Resolução IFSC/CONSUP nº 40, de 29 de agosto de 2016	
Resolução CONSUP nº 61, de 12 de dezembro de 2016	Regulamentação das Atividades de Extensão no IFSC
Parecer CNE/CES nº 608, de 3 de outubro de 2018	Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira
Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018	
Parecer CNE/CES nº 576, de 09 de agosto de 2023	Esclarece diretrizes, implementação e avaliação da curricularização da extensão universitária.
Resolução nº 4, de 29 de maio de 2024	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica